



DESTAQUES DA IMPRENSA

DOIS BRASIS

Sinto-me a cavalheiro para manifestar considerações a respeito do recente encontro realizado em Altamira, até porque subscrevi e defendi emenda na Constituinte que hoje constitui o Capítulo VIII – dos Índios da nossa Constituição.

Volta e meia somos lembrados de que existem dois Brasís, um da classe rica e poderosa, outro dos oprimidos e pobres. A classe média, se já não desapareceu, na verdade hoje em dia pouco conta.

Na primeira página dos jornais brasileiros, do dia 21/02 na quase totalidade, é exibida a foto de Tuirá, brandindo seu provocador fação no pescoço de um diretor da Eletronorte.

As nações indígenas, sob a alegação de que Índio não precisa de energia elétrica, rejeitam a construção da usina Kararaó.

Portanto, segundo se pode depreender, dois novos Brasís se apresentam à sociedade – o Brasil dos Índios e o Brasil dos outros.

Do episódio de Altamira há muito o que aprender, apoiados pelos países desenvolvidos com problemas de chuva ácida, armas nucleares, venda clandestina de armamentos bélicos, guerra química, e que tais, os Índios brasileiros se esquecem de que o general que os protegia chamava-se Cândido Rondon, o que, convenhamos, não guarda qualquer semelhança com o General Custer, que dizimou todas as nações indígenas do país mais desenvolvido do mundo.

A passionalidade que permeia as

questões indígenas e ambientais é de tal magnitude que a opinião pública brasileira sequer tem na memória que o Brasil, dentre os recordes positivos que possui, detém aquele que diz respeito ao menor índice de segregação racial. Aqui, árabes e judeus são vizinhos de porta; nisseis chegam a ministros de Estado; Índios, negros, mulatos e até portugueses naturalizados já conseguiram ocupar, e muitos ainda ocupam, as cadeiras do poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

Esta é a grande nação das oportunidades onde o racismo perambula esquilido pela rua da amargura.

Do que se pode constatar, parecidos que a preocupação de um representante do PMDB em procurar o ministro da Justiça para solicitar medidas especiais da polícia para manter a ordem pública em Altamira não levou em conta a segurança dos representantes da Eletronorte.

Se ao invés de Tuirá, com seu fação, ou Porekro com sua borduna fossem qualquer dos Zés ou Antônio da Silva que ameaçassem a integridade física de um Índio, o que aconteceria? Provavelmente não seriam condecorados pela ONU.

Portanto, fica fácil, até para um cego, enxergar que a legislação brasileira não só protege como é magnânima em relação aos Índios brasileiros.

E brasileiros são aqueles que nasceram no Brasil: quer sejam pretos, louros, morenos, mulatos, mamelucos, filhos de imigrantes, Índios ou qualquer outra raça que tenha como berço o solo brasileiro.

Kararaó, entre outras coisas, poster-

ga a construção de pelo menos oito usinas nucleares, mas alaga 1.225 km² dos quais 610 km² já constituem a calha do próprio rio e o alagamento natural das cheias amazônicas.

No estudo realizado, foram encontrados na Volta Grande 42 locais onde 62 famílias indígenas moram. São 286 índios e 58 não índios casados com índios ou filhos de criação.

Para ser mais preciso esses brasileiros que não mais vivem de forma tribal, e que estão incorporados à vida e ao cotidiano da civilização altamirense, estão assim distribuídos: 193 do grupo Juruna, 79 do grupo Xipaya, 6 do grupo Curuaya, 6 do grupo Arara e 2 do grupo Caiapó.

De outro lado, a operação de Kararaõ representará para o país, além da segurança no abastecimento do Norte-Nordeste-Sudeste, o equivalente a 23 mil barris/dia de petróleo, o que representa economia de divisas de cerca de US\$ 4,6 milhões/dia ou US\$ 1,7 bilhão/ano.

Kararaõ sequer alaga as aldeias dos reclamantes e valentes guerreiros presentes ao 1º encontro dos povos indígenas do Xingu mas, tão-somente, a área Paquicamba de 6 mil 800 ha, a única oficialmente reconhecida pela Funai em que

moram 3 famílias Juruna. As demais famílias estão morando em ilhas e no "beiradão" da Volta Grande do Xingu. São terras públicas, lotes concedidos pelo extinto Incri ou propriedades privadas.

Atribui-se ao deputado Dellim Neto a frase: "Ninguém almoça de graça".

Assim, como os brancos em centros urbanos foram desalojados para que fosse possível a construção do metrô, também fazendeiros, comerciantes e moradores da área de influência dos reservatórios das usinas brasileiras são deslocados.

Com relação aos índios da área de atuação da Eletronorte, todos, sem exceção, foram indenizados e tiveram suas terras demarcadas e assistência da empresa.

É possível que um segmento da sociedade, no caso de Kararaõ, entenda melhor a construção de usinas nucleares, ou térmicas, ambas com maior risco do que uma usina hidrelétrica.

É possível, até, que decida pela construção de coisa alguma. Neste caso, é bom que ela comece um processo de reeducação no sentido de abrir mão do conforto e dos benefícios incontáveis que a energia elétrica traz para a humanidade, e se prepare para viver no escuro.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 25 de fevereiro de 1989. Artigo assinado por Gérson Péres, advogado e professor, deputado federal do PDS-PA)

A pressão de Bush supera a de Carter

É provável que tenha faltado naturalidade ao encontro de ontem em Tóquio, dos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, programado para escassa meia hora. A insólita divulgação por autoridades norte-americanas de que Bush advertira o governo japonês para não financiar o projeto de conclusão

e pavimentação da estrada que, através do Peru, abrirá acesso de produtos brasileiros ao Pacífico criou entre autoridades nacionais a impressão de que o chefe do governo dos Estados Unidos estava atuando como uma espécie de lobby dos produtores de grãos do seu país. A estes não interessaria a melhoria das condi-

ções de competitividade do concorrente sul-americano, em condições de ampliar sua já notável produção de soja em Mato Grosso e Rondônia, que seguiria uma rota de 1.500 quilômetros (contra os quase 4 mil atuais) até um porto na bacia do Pacífico, na qual se concentra hoje a fome por esses e outros grãos.

O secretário-geral do Itamarati, embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, tem gasto nos últimos dias pelo menos 20% do seu tempo útil para tratar das questões ecológicas suscitadas contra o desenvolvimento brasileiro, não só nos Estados Unidos como na Europa. Ele acha que as pressões atuais são as mais chocantes que já se exerceram contra os projetos brasileiros, superiores mesmo, em escala e em tom, à campanha do governo Carter relacionada com a defesa dos direitos humanos. Para o secretário-geral do Ministério do Interior, José Carlos Mello, especialista em engenharia de transportes e que vem de uma viagem a Washington e Nova Iorque, os americanos ainda não entenderam que a rota para o Pacífico está praticamente aberta, carecendo apenas de melhoramento das picadas abertas na selva (já foram derrubadas as árvores que teriam de cair), da construção de obras de arte e de pavimentação para que utilizemos o porto de Callao, no Peru, já por convênio aberto aos embarques dos nossos produtos. A estrada será completada com ou sem ajuda dos Estados Unidos ou do Japão.

A propósito lembra-se que, em 1960, quando o presidente Eisenhower veio a Brasília, numa conversa com Juscelino Kubitschek no Palácio da Alvorada, ouviu por repórteres que a registraram na época, o chefe do governo do Brasil disse a seu colega dos Estados Unidos que se este país quisesse não ajudar seria ótimo. Se não quisesse ou não pudesse, iríamos para a frente assim mesmo. E se quisesse atropelar o Brasil, já não o conseguiria. Há alguma fanfarronice no tom desse diálogo que, sem dúvida, expressa uma determinação do governo de enfrentar pressões externas e internas para alcançar seus objetivos. Há a crescente impressão de mobilização de interesses financeiros para bloquear projetos de

ocupação e desenvolvimento da Amazônia a pretexto de ameaças à ecologia, apresentadas por hipóteses ainda não consolidadas cientificamente.

O mundo industrial continua a produzir milhares de vezes mais calor do que os incêndios de matas tropicais. A Holanda parece temer que esses incêndios façam desabar a calota polar e aumentar o volume de água do Mar do Norte, que recuperaria as áreas perdidas na primeira operação antiecológica de vulto registrada na Europa, o aterro de faixas marítimas para a construção das belas e prósperas cidades holandesas. Lembra-se também que a França, recentemente, afundou um barco de ecologistas e pacifistas da Nova Zelândia que protestavam contra a explosão nuclear num atol do Pacífico. As áreas da Amazônia que seriam alagadas pela construção de todos os projetos hidrelétricos, até o ano dois mil, atingiriam 0,2% da região. Impedir que o Brasil recorra às suas fontes naturais de energia seria vetar o progresso do país para favorecer competidores.

A questão dos índios não chega a ser levada a sério, a não ser por roqueiros excitados e atrizes brasileiras com a mente feita pelas campanhas ecológicas suscitadas por grupos cristãos europeus que difundem a crença de que o Brasil é incapaz de gerir o pulmão do mundo. Reunidas todas as tribos, os índios brasileiros somam menos gente do que metade da população da Rocinha, no Rio, e ocupam uma área 20 vezes maior do que a reservada pelos Estados Unidos para suas tribos que escaparam ao genocídio dos séculos anteriores. De diplomatas ouviu a estranha idéia de que haveria na Europa e na América do Norte a tentativa de instalar na Amazônia um zoológico humano para distração das novas gerações que guardariam memória viva das civilizações primitivas. Alega-se também que as riquezas minerais da região, obviamente já identificadas, poderiam estar na base da paralisação do desenvolvimento da Amazônia.

Nacionalistas brasileiros lutaram pela criação das reservas ianomani no extremo norte, sob o receio de que o go-

verno fosse bastante fraco e permeável a infiltrações de interesses estrangeiros na exploração das ricas jazidas de minério da região. Hoje a suspeita é a contrária: os índios estariam sendo usados para impedir que o Brasil, um dia, entre na posse

dessas riquezas. Para tanto vale tudo, até mesmo retirar do nosso controle a legenda de um herói popular como Chico Mendes, para fazê-lo um herói ecológico dos Estados Unidos, cultuado pela mídia desse país.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 26 de fevereiro de 1989. Artigo assinado pelo jornalista Carlos Castelo Branco, em sua conceituada "Coluna do Castelo")

Espectáculo na Selva

Para as televisões, o cenário não poderia ter sido mais bem montado: uma grande assembléia de índios no Xingu, com danças rituais e ameaças aparentemente ferozes contra representantes do governo. Para a imprensa estrangeira, melhor ainda: um choque de culturas como já não se vê na Europa ou nos Estados Unidos; uma encenação carregada de pitoresco tratando do tema que agora recebe prioridade número um no mundo desenvolvido — a floresta amazônica.

Do lado brasileiro, também há quem extraia dividendos políticos do encontro como o "deputado ecológico" que prometeu obstruir, no Congresso, o projeto de construção de uma hidrelétrica perto de Altamira. A atriz e ativista Lucélia Santos declarou que as hidrelétricas foram construídas pelo regime militar, e não interessam ao povo.

A causa ecológica transformou-se de fato, num super-assunto internacional; e o Brasil está na berlinda por abrigar em seu território a maior floresta do mundo. Também temos muitos índios, o que estaria a sugerir que o nosso record histórico nesse terreno não é tão mau quanto o de outros países. Um índio sioux (norte-americano) presente ao encontro de Altamira declarou explicitamente que se os assuntos indígenas tivessem merecido tra-

tamento semelhante em seu país, seus irmãos de raça estariam em situação bem melhor que a de hoje.

O Brasil não seria inteligente nem hábil se tratasse o problema ecológico de modo descuidado ou atabalhoado. Ao mesmo tempo, é preciso manter a questão — que é séria — dentro de um mínimo de racionalidade.

Uma pajelança como a do Xingu mexe com o nosso inconsciente coletivo — com alguma forma de culpa entranhada que o branco mantém em relação ao índio, primeiro ocupante da terra. Esse inconsciente coletivo fez do índio o grande herói da literatura romântica (enquanto o negro, estatisticamente mais presente em nossa formação, não merecia as mesmas atenções).

Mas o Brasil de hoje está muito, muito longe dos tempos do Descobrimento; e o 1º — Juca Pirama não é o poema de que estamos precisando. Uma economia do tamanho da brasileira já não pode ser conduzida com base no indianismo romântico.

Está muito bem que os deputados ecológicos se preparem para combater o projeto da nova usina no Congresso, como também combatam as usinas nucleares. Resta saber em que tipo de energia se apoiará o país para a difícil entrada no século XXI. Energia solar? Biomassa? Pequenas usinas? Cada uma dessas mo-

dalidades pode trazer, ao seu tempo ou em condições específicas, a sua contribuição. Mas sugerir que o Brasil pode simplesmente dispensar, daqui para a frente, a energia nuclear ou as hidrelétricas de maior tamanho é proposição que acarreta o ónus da prova. Para isso não bastam discursos líricos.

Há algo de novo e de interessante no encontro do Xingu: o nosso estágio democrático permite a essa minoria expressar os seus pontos de vista do modo primitivo que corresponde ao seu estágio cultural. Mas os Índios brasileiros já não compõem uma população homogênea, e em muitos casos são menos primitivos do que se faz supor. Um dos caciques do Xingu foi visto registrando em vídeo a dança ritual de seus liderados. Pode haver mistura mais esdrúxula do arcaico e do moderno? E não se mostram também os indígenas fãs incondicionais do rádio de pilha?

O que está por trás de toda essa discussão é o problema do desenvolvimento. O mundo inteiro está preocupado — com maior ou menor razão — com a floresta brasileira, e, por extensão, com os Índios que a ocupam. Como estamos no ano da graça de 1989, e não no período em que os carroções rodavam em direção ao wild west, é preciso encontrar um encaminhamento moderno e satisfatório para assunto que é do nosso próprio interesse.

Mas para progredir neste sentido, o Brasil precisa também progredir em outros; e precisa, sobretudo, retomar o rumo do seu desenvolvimento. Por paradoxal que possa parecer, a preservação da floresta (e dos Índios), supõe esse desenvolvimento, que tanto é material quanto cultural. Um Brasil pobre e estagnado — e portanto ressentido — continua-

ria, muito simplesmente, a adotar em relação à Amazônia a atitude predatória que se viu até agora. Um Brasil eternamente subdesenvolvido continuaria a ter nos seus organismos voltados para a questão indígena o exército de funcionários ineptos preocupados com o seu salário, e não com as suas funções.

Mas para que haja desenvolvimento é preciso que haja energia. A usina que se planeja para as vizinhanças de Altamira já nasce em condições bem diferentes do projeto desastroso que resultou na hidrelétrica de Balbina. Sinal de que, de algum modo, progredimos. Que se discuta o projeto. Mas sem esquecer que o problema da energia é vital para o país. Os ecologistas podem (e devem) raciocinar de acordo com as suas convicções. Mas gastarão inutilmente o seu latim se só tiverem a propor um país de Peter Pan, amarrado ao passado.

A Amazônia pode ter um encaminhamento viável do ponto de vista econômico e cultural. Não precisamos apresentar ao mundo o rosto contorcido da xenofobia. Mas temos todo o direito de deixar claro que se trata, neste caso, de uma questão nacional, a ser resolvida com inteligência e bom-senso pelos próprios brasileiros. Dentro desse contexto é que a ajuda de entidades ou governos estrangeiros pode ser preciosa. Também não temos condições de recusar essa ajuda.

O que é perfeitamente dispensável é o show folclórico em que o Brasil se vê reduzido, por gente de dentro e de fora, a uma república das selvas, desligada da civilização, à espera do conselho ou da ajuda dos "missionários do progresso" — missionários que, em seus países de origem, não fizeram o que agora pregam.

(Editorial do *Jornal do Brasil*, de 27 de fevereiro de 1989).

A hipocrisia dos "ecologos"

Se não me falha a memória, já contei a história em um destes artigos. Mas é oportuno repeti-la. No período entre as duas grandes

guerras veio ao Rio, de passagem, a Sra. Victoria Ocampo, figura de grande destaque nos meios intelectuais da América Latina e da França. Ao receber a visita de

um pequeno grupo de intelectuais brasileiros, a fundadora de Sur - revista editada em Buenos Aires - mostrou-se preocupada com o clima inamistoso existente, então, entre o Brasil e a Argentina. Naquele tempo, os estados-maiores das forças armadas de ambos os países não tinham nada a fazer senão estudar planos de guerra entre um e outro. Ocampo temia o pior e justificava suas apreensões de forma surpreendente: "Um belo dia, os militares de lá entram em acordo com os militares daqui, e fazem a guerra..." (não ousou repetir a frase em castelhano, pois, ao contrário de certo intelectual maranhense respeito a língua de Cervantes).

Hoje em dia, felizmente, não mais existe o clima de conflito latente entre os nossos dois países. As forças armadas brasileiras têm problemas muito mais sérios do que planejar correrias pelas planícies argentinas, e os nossos ex-futuros adversários potenciais ainda levarão algum tempo a se refazerem da esfrega que lhes deram os britânicos nas ilhas Falkland.

Mas o que não aconteceu entre o Brasil e a Argentina veio a dar-se agora na batalha ecológica. Os demagogos ecológicos daqui - os ecologistas - e os do resto do mundo deram-se as mãos e partiram em guerra contra a... Amazônia! O episódio tem aspectos realmente edificantes.

A lumpem-intelligentsia européia aproveitou os últimos meses de frio no hemisfério norte - véspera da reabertura da temporada de primavera - para esbaldar-se em happenings roqueiros nas matas brasileiras, em deliciosa promiscuidade com índios nus, tocadores de guitarras eletrônicas e damas e donzéis cabotinos, sequiosos por publicidade. Certo passageiro de um dos vôos para Altamira contou-me cenas extraordinárias. A filha de Lord X, por exemplo, entretinha-se com um sacerdote progressista sobre os planos de ambos para passar o week-end em uma das malocas dos Cayapós. Outra turista, francesa de origem, manifestava ao meu depoente a esperança de finalmente, livrar-se, em Altamira, do tédio que a acompanha, incuravelmente, desde quando perambula

pelo Nepal, Kenya e as ilhas Galapagos.

Ao final da viagem os visitantes reuniram-se em um galpão da pequena cidade paraense onde aplaudiram a "exigência" de um deputado do Parlamento Europeu para a imediata transferência da soberania da Amazônia a "uma entidade internacional". A festança não mereceria senão um registro em eventos turísticos (quando teremos o festival de gastronomia antropofágica?) se não viesse mais uma vez exibir o conluio cínico entre esquerdistas locais (cujo "nacionalismo" postigo esteve em férias na ocasião), os "sacerdotes progressistas" e toda a cáfila de anarcóides petistas que não perde ocasião de propagar a guerra entre classes, raças e espécies, quer esteja em cocktails de grã-finos orelhudos ou em comícios públicos. Tudo isso deu em deplorável espetáculo de hipocrisia e ignorância que não pode passar sem os devidos reparos.

Começemos pela esquerda. Os nossos incomparáveis "marxistas" - muitos dos quais supõem que os Irmãos Marx são filhos do autor de O Capital - incluem os silvícolas entre os conservacionistas. Ora, quem não sabe que a "coivara", a enxada do caboclo, é "um desastro legado indígena"? Não é preciso ir ao Xingu para aprendê-lo. Abra-se Os Sertões, de Euclides da Cunha; lá está escrito: "Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental - o fogo." (Os Sertões. Ed. Liv. Fco. Alves. pág. 49) Ainda agora não se noticiou que o incêndio na reserva do Monte Pascoal teria sido ateado também pelos Pataxós? Os sobreviventes das tribos originais merecem toda a proteção do Estado, é certo. Querer transformá-los em conservacionistas é, porém, um imenso despautério.

Quanto às queimadas, para abrir pastos e caminhos, não são uma invenção da UDR, tal como supõem os ecologistas de boteguim. As cartas-régias de 17 de março de 1796 já nomeavam um "juiz conservador de matas" e as de 11 de junho de 1799 determinavam "que se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes que têm assolado a ferro e fogo as preciosas matas que tanto abundavam e hoje ficam a distâncias

consideráveis etc." (Os Sertões, Ed. cit. pág. 50).

A luta em defesa de nosso patrimônio florestal não é de agora, nem constitui bandeira de propriedade dos susposos "progressistas". A mídia esquerdista fez do bravo Chico Mendes a primeira vítima em uma guerra de séculos, na qual muitos outros combatentes, igualmente corajosos, morreram anonimamente. As "selvaticezas" dessa espécie "atravessaram toda a nossa história", diz o citado Euclides da Cunha. A infelicidade de Chico Mendes foi ter cruzado o caminho de uma família de fazendeiros, com extenso contingente policial em vários estados: Minas, Paraná, Acre etc. A sua morte é realmente uma catástrofe: primeiro, por privar a sociedade de um conservacionista autêntico, empenhado em manter a atividade extrativa dos seringueiros, tradicionais e inamovíveis habitantes da floresta; segundo, por ter sido explorada em várias campanhas contra o empresariado rural, em geral. Na sua tarefa de dinamização e calúnia situam-se na primeira linha os "padres progressistas", alguns dos quais têm morrido "em combate", surpreendidos por infarctos em locais impróprios, como a imprensa já noticiou...

O radicalismo desse grupo espúrio o insere melancolicamente entre os partidos de extrema esquerda. Alguns de seus dirigentes, integrantes da cúpula da CNBB, têm de apoiarem os roqueiros de Altamira, já se manifestaram a favor da greve geral em vias de eclodir, formularam críticas ao Plano Verão e opinam sobre candidaturas presidenciais, ou sejam conduzem e como se participassem de agremiações políticas seculares.

Não pode haver comportamento clerical mais contritador para os católicos verdadeiros. A História inclui entre os momentos infelizes da Igreja a militância política dos sacerdotes afastados da pregação do Evangelho. Ao nos aproximarmos do centenário do "affaire Dreyfus" lembremos, a propósito, o apoio de algumas ordens religiosas católicas ao inenunciado anti-semitismo manifestado na ocasião por quase todo o campesinato, pela pequena burguesia e a maior parte dos aristocratas franceses. Outro episódio

triste foi a total identificação do clero português com as massas populares partidárias do absolutismo do Sr. Dom Miguel de Bragança em luta contra os liberais liderados pelo nosso heróico Dom Pedro I, Dom Pedro IV, de Portugal?

A melancólica aliança entre a Igreja e o populismo, nas ocorrências citadas, tem correspondência moderna no esquerdismo do clero "progressista". O passar do tempo empurrou os energúmenos do Século XIX para o lixo da História, tal como um dia acontecerá com os atuais militantes da "teologia" da falsa libertação.

Além do comportamento dos padres de passeata, o que assume dimensões de escárnio, nesse episódio de Altamira, é o terror pânico dos ecologistas do hemisfério norte com queimadas em rain forests, quando seus próprios países são os propagadores da perigosíssima poluição atmosférica, com o cloro-flúor-carbono. E o que dizer, então, do chumbo incessantemente despejado pelas nações industriais no ar, na água e no solo — para afinal penetrar no organismo e lesar o sistema nervoso dos fetos humanos, modificar o comportamento das crianças, prejudicar-lhes a inteligência e contribuir para o aumento da osteoporose entre as pessoas idosas? (Veja-se The Economist, 3 de março. Artigo intitulado The poison in lead).

As queimadas no Brasil representam zero vírgula qualquer coisa em poluição atmosférica comparadas às incomensuráveis usinas de produção diária de gases tóxicos que são as grandes aglomerações urbanas da Europa, dos Estados Unidos e do México. A Organização Mundial de Saúde considera que as concentrações de ozônio na atmosfera de Los Angeles excederam os níveis mínimos toleráveis durante 130 dias em 1988! Na enorme cidade do México, com seus 18 milhões de habitantes, o número aterrador elevou-se a 312 dias em um ano! O ar esteve de tal forma irrespirável em janeiro último, na capital mexicana, que as crianças não puderam sair de casa para ir às aulas. Os diplomatas canadenses foram aconselhados a retirar seus filhos da cidade e ganharam uma redução de permanência no

posto de três para dois anos (The Economist. An air that kills. *Fev* pág. 51).

Não é possível atribuir unicamente à Amazônia a função de pulmão do mundo para os demais países continuarem a poluir a atmosfera livremente e a fugirem aos inadiáveis investimentos em defesa ambiental. As iniciativas da Eletrobrás na Região Norte não podem ser interrompidas, embora seja indispensável efetuar-las com vistas à proteção do ecossistema amazônico.

Querem os ecólogos estrangeiros ajudar-nos realmente? Sejam bem-vindos! Mas como acreditar que eles se apiedem mesmo de nossos índios, quando deixam a fome matar 40.000 crianças por dia, em Moçambique (*Time*, 2/1), embora o Mercado Comum Europeu tenha

armazenadas, há muito tempo, montanhas de estoques de carne, leite, manteiga, trigo, queijo e muitos outros gêneros alimentícios? A população indígena do Brasil anda em torno de 200.000 indivíduos, ou seja, cabe no estádio do Maracanã. No transcurso de cinco dias morrem de fome tantos meninos e meninas moçambicanos quanto todos os índios que temos aqui! É possível esquecer os nossos irmãos africanos, após vermos os competentes e esclarecidos índios de Altamira dançarem para a platéia estrangeira, cobertos por shorts de Pierre Cardin, munidos de telefilmadoras Sony e ornamentados com óculos Ray-Ban? Não é, evidentemente, a não ser que nos inscrevamos, também, nas alegres hostes da ecolodemagogia.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 18 de março de 1989. Artigo assinado por Otávio Tirso de Andrade).

A salvação da Amazônia num disco de cantores

Lançou-se em Londres a idéia sibilina de reunir artistas de todo o mundo para a gravação de um disco, em que o tema inspirativo, a musa pródiga, será a salvação da Amazônia. Salvar o grande Vale de que e contra quem? O povo brasileiro que com tantos e tamanhos sacrifícios incorporou as grandes águas e maiores florestas à sua soberania, segundo o plano dos artistas, terá participação no disco que será lançado aqui também e provavelmente com algum dos nossos cantores, seduzido pela presença entre figuras tão ilustres, entre as quais não faltam artistas russos e japoneses. Num disco do mundo inteiro reunido para impedir que o desmatamento, os incêndios, a abertura e gran-

des estradas, enfim a efetiva ocupação da Amazônia pelos seus legítimos e soberanos senhores não seja feita, sem que de fora tracem os limites do nosso esforço para gerir o que é nosso. Espero que cantem mas não entoem.

A posição brasileira nesse delicado assunto, em que se põe em brio a capacidade deste país de defender o que lhe pertence, tem sido exposto com energia pelo presidente Sarney que fala, com autoridade absoluta, em nome de toda a nação e pelas Forças Armadas, às quais incumbe como está escrito na Constituição, como tarefa principal garantir a integridade territorial e assegurar na plenitude o exercício da soberania. Para isso não é necessário convocar o Exército, a

Marinha e a Aeronáutica, cômicos que são de que faz parte de sua honra zelar pela herança que recebemos de vinte gerações, com o empenho que puseram os portugueses, desde a era pombalina, em erigir fortes para enfrentar a cobiçosa ousadia de aventureiros.

Diga-se que não agimos como xenófobos, recusando ajuda técnica e recursos financeiros que nos sejam dados

de boa fé, com espírito de colaboração e de fraternidade universal. Contam-se por centenas os viajantes ilustres, naturalistas devotados, missões religiosas autênticas, aos quais faltou a cooperação dos governos do Brasil. Não se pensa, pois, lá fora, em salvar o que realmente não está em perigo. E se perigo houvesse, ninguém mais preparado para conjurá-lo do que o povo brasileiro.

(Transcrito do *Jornal do Comércio*, de 21 de março de 1989, Artigo assinado pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregesilo de Athayde)

EUA destroem reservas florestais

Matas americanas são devastadas como na Amazônia

WASHINGTON — "Façam o que eu digo. Não o que eu faço". O velho ditado pode muito bem se aplicar às atitudes americanas com relação à Amazônia. Enquanto grupos ecológicos e congressistas se entregam à nobre e bem-vinda tarefa de criticar o governo brasileiro por causa da vista grossa que faz à devastação da floresta amazônica, os Estados Unidos começam a descobrir que suas florestas estão sofrendo anualmente uma destruição de caráter amazônico e poderão estar extintas, de acordo com previsões mais conservadoras, em no máximo 30 anos.

A cobertura florestal atualmente em perigo de se desintegrar no Hemisfério Norte — uma cobiçada faixa de terra que se estende por 32 milhões de acres (começa no norte da Califórnia e termina nos confins do Alasca) — é, como sua colega amazônica, uma floresta criada em parte pela massivo índice pluviométrico da re-

gião, em média 200 polegadas por ano, que produzem árvores de 150 metros de altura e capazes de viver por quase mil anos.

Dela, ou pelo menos do que ela era originalmente, restam apenas 10%. O resto foi replantado ao longo dos últimos 100 anos. Mas o rápido índice de crescimento de atividades extrativas — em 1988, 60 mil acres de terra foram reduzidos a deserto — impede que o replantio se dê em velocidade suficiente para manter a extensão de sua cobertura. O mais grave é que esta ameaça também se estende aos restantes 159 milhões de acres de reservas naturais espalhadas pelos Estados Unidos, de acordo com um relatório sobre a situação das florestas norte-americanas que começou a circular entre grupos ecológicos de Washington.

Enquanto a devastação na Amazônia transcorre num contexto de violação dos direitos civis, de disputas de terra e num

país com pouco ou nenhum governo, a destruição aqui se dá em terras demarcadas, onde supostamente as árvores e a vida que se cria em torno delas estaria a salvo da ação do homem, e com o aval legal de seu proprietário: o governo norte-americano.

Reservas - Assim como a Amazônia, a floresta temperada americana é uma das poucas fontes de recursos para um mundo industrializado ávido por materiais de construção. Mas, ao contrário da floresta tropical, ela está em terras que foram colonizadas há muito tempo, e portanto possuem uma rede de estradas para o escoamento de sua produção que as torna um alvo predileto de companhias madeireiras do mundo todo, principalmente do Japão. Até 1982, a floresta estava relativamente a salvo das investidas dos madeireiros.

O governo permitia poucos cortes nas suas reservas naturais e proibia a derrubada de árvores novas.

A parte da floresta que estava em mãos privadas não estava livre do corte indiscriminado, mas como sua produção se destinava basicamente ao mercado interno e era processada em pequenas serrarias, o trabalho de corte era lento o bastante para garantir o plantio do que havia sido devastado.

O relatório sobre a atual situação de perigo em que vivem as últimas coberturas florestais deste Hemisfério aponta para o fato de que, em 1983, a conjunção

de dois fatores contribuiu para arrasar de vez esta política mais racional. De um lado, chegaram os japoneses, oferecendo somas irrecusáveis pela madeira. Do outro, estava no posto de secretário do Interior - o órgão governamental que tem as reservas naturais e os parques americanos sob sua jurisdição - o controvertido James Watts, um arqui-conservador capaz de fazer piadas racistas e propostas absurdas sem que elas o tirassem do governo. Watts, que sempre achou o Serviço Nacional de Florestas - que cuida das árvores e parques públicos federais neste país - um escoadouro de dinheiro, propôs abrir as áreas sob seus cuidados à exploração de terceiros, para pagar pela sua proteção.

Em princípio, ninguém espera que o corte de madeira seja suspenso. "Isto seria irreal e acabaria com as famílias de madeireiros da região", analisa um ecologista. O que se quer é que o Congresso passe leis que obriguem a uma gerência mais eficiente das florestas públicas americanas.

Uma questão complicada, mas não inteiramente estranha ao contexto em que se discute a devastação da Amazônia, para onde, por sinal, no próximo domingo, viajam cinco senadores americanos, capitaneados pelo Senador John Chafee, democrata de Thode Island. Vão ver de perto a destruição causada pelo homem à floresta. Talvez não precisassem ter ido tão longe.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 21 de março de 1989. Artigo assinado por Manoel Francisco Brito, correspondente do referido jornal).

Amazônia: a riqueza sob a polêmica

BRASÍLIA - As riquezas minerais existentes na Amazônia estão mapeadas desde 1987. A localização das jazidas e a identificação dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que as exploram constam em dois livros publicados pelo Conselho Nacional

para o Desenvolvimento da pesquisa Científica (CNPq) - "Quem é quem no subsolo brasileiro" e "A questão mineral da Amazônia" -, organizados por Francisco Rego Chaves Fernandes. São imensas as reservas de ferro, manganês, bauxita, cobre, zinco, molibdênio, níquel,

crômio, ouro, prata, estanho, tungstênio, calcário e caulim, por exemplo.

As publicações indicam que apenas em Carajás há uma reserva de ferro superior a 17 bilhões de toneladas, quantidade que deve manter a exploração na região por pelo menos 400 anos. A bauxita da Amazônia chega a 2,5 bilhões de toneladas ainda não exploradas. A reserva de cobre alcança 1,5 bilhão de toneladas, enquanto existem cem milhões de toneladas de manganês, 47 milhões de toneladas de níquel e quase 25 mil toneladas de estanho mapeadas mas ainda não alcançadas na Serra de Carajás.

A reserva de ferro de alto teor, com 66% de pureza, é a maior existente no planeta. Ela se espalha por quatro províncias minerais de Carajás, abrangendo praticamente todo o complexo ali montado pela Companhia Vale do Rio Doce. A bauxita encontrada na Amazônia coloca o país como o terceiro produtor mundial de alumínio, superado apenas pela Guiné e pela Austrália, contribuindo com 15% de toda a produção.

A quantidade de ouro encontrada na Amazônia nunca chegou a ser especificada concretamente. O livro "A questão mineral da Amazônia" estima que desde 1977 a região produziu mais de cem toneladas do minério, mas o contrabando do ouro e a conseqüente não declaração de lavras são moeda comum nos garimpos.

O deputado federal e geólogo Gabriel Guerreiro (PMDB/PA) afirma que não existe no mundo região mais rica e de exploração mais fácil do que a Amazônia. O parlamentar ressalta que a exploração mineral, com exceção do garimpo de ouro, não causa maiores impactos ambientais na região.

A ocupação do subsolo da Amazônia, através de concessões dadas pelo Estado, até hoje não obedeceu a critérios rígidos de pesquisa e lavra. Uma das publicações do CNPq revela, por exemplo, que o capital estrangeiro detém 38,1% de todas as concessões de lavra fornecidas na região, cabendo ao capital nacional privado 35%. O Estado detém 26,9%. A questão da ocupação do subsolo, entre-

tanto, é matéria a ser revista pela futura legislação complementar à Constituição.

Há duas semanas, o físico José Lutzenberger, Prêmio Nobel Alternativo de ecologia em 1987, disse em Altamira, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que a exploração extrativista da Amazônia é mais rentável economicamente que a derrubada de matas para o aproveitamento de madeira:

— As riquezas da Amazônia, quando exploradas pelo processo extrativista racional, podem produzir resultados muito mais significativos ao homem do que o corte de árvores para a produção de madeira ou celulose.

O deputado Gabriel Guerreiro explica que um hectare de floresta transformado em pasto pode garantir a criação de um bezerro novo a cada ano. Este mesmo hectare de floresta nativa representa centenas de castanheiras, que podem fornecer frutos e óleo, além de ocupar socialmente dezenas de castanheiros.

A potencialidade de gás natural da Amazônia é outra questão mal debatida ou estudada no país. No ano passado, o presidente Sarney declarou que a Ilha de Marajó poderia produzir tanto petróleo quanto o Mar do Norte. Embora o potencial da bacia tenha sido superestimado, os sinais de existência de petróleo faz supor que haja uma grande concentração de gás natural. Segundo o engenheiro agrônomo Flávio Garcia, técnico do CNPq especializado em pesquisas na Amazônia, se for confirmado o potencial de gás de Marajó, "o Norte do país muda de cara". Garcia sustenta que o gás da Amazônia poderá transferir energia para o próprio Projeto Carajás, além de garantir milhares de outros investimentos na região: — Com gás natural abundante, poderemos verticalizar a produção de minério de ferro de Carajás, construindo até mesmo aciarias, sem o brutal desmatamento de matas para transformação em carvão.

Ele acrescenta que assim o Brasil deixaria "de exportar minério de ferro a preço de banana", tornando-se em produtor do melhor aço do mundo, garantido pela qualidade superior do minério de Carajás.

(Transcrito do jornal O Globo, de 05 de março de 1989).